ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2017 A ABRIL/2018

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, atendendo aos dispositivos legais preceituados na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, vem publicar o Relatório de Gestão Fiscal, concernente ao primeiro quadrimestre do exercício de 2018. Os dados estão disponíveis a partir desta data no site do Tribunal de Justiça (www.tjsc.jus.br).

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") — R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	out/17	nov/17	dez/17	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	111.020.507,06	121.159.151,13	119.584.735,68	148.795.216,67	121.788.342,35	181.982.481,83	112.258.577,63	238.312.746,62	143.019.481,19	127.492.205,21	126.668.305,88	159.350.403,18	1.711.432.154,43	31.948,70
Pessoal Ativo	91.320.427,40	100.745.396,87	98.966.865,29	122.609.758,78	100.449.563,97	151.646.314,39	91.407.594,34	212.955.042,47	120.745.131,74	104.788.038,74	103.604.618,91	127.793.449,53	1.427.032.202,43	31.948,70
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	76.522.832,89	84.588.253,03	83.946.292,46	105.900.778,10	84.454.480,45	120.523.588,72	75.984.277,60	191.011.448,00	105.058.428,48	87.942.298,85	86.806.726,79	110.969.715,06	1.213.709.120,43	0,00
Obrigações Patronais	14.776.866,36	16.144.447,39	15.008.141,79	16.705.617,77	15.995.083,52	31.122.725,67	15.423.131,34	21.935.741,53	15.678.997,57	16.816.242,56	16.757.329,80	16.801.942,83	213.166.268,13	31.948,70
Benefícios Previdenciários	20.728,15	12.696,45	12.431,04	3.362,91	0,00	0,00	185,40	7.852,94	7.705,69	29.497,33	40.562,32	21.791,64	156.813,87	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.700.079,66	20.413.754,26	20.617.870,39	26.185.457,89	21.338.778,38	30.336.167,44	20.850.983,29	25.357.704,15	22.274.349,45	22.704.166,47	23.063.686,97	31.556.953,65	284.399.952,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	14.569.290,24	15.131.710,44	15.205.320,79	20.810.798,87	15.932.611,32	24.925.812,57	15.803.431,17	19.498.372,41	17.055.399,94	17.473.938,14	17.777.481,27	26.192.386,05	220.376.553,21	0,00
Pensões	5.130.789,42	5.282.043,82	5.412.549,60	5.374.659,02	5.406.167,06	5.410.354,87	5.047.552,12	5.859.331,74	5.218.949,51	5.230.228,33	5.286.205,70	5.364.567,60	64.023.398,79	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	27.162.639,95	32.725.003,14	33.543.349,31	52.258.614,09	31.738.720,63	35.995.669,90	25.840.382,77	116.379.365,39	52.856.834,04	37.249.214,04	36.064.274,29	35.251.877,59	517.065.945,14	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	7.487.302,39	7.168.670,50	12.680.470,45	7.986.458,86	6.565.002,77	5.282.153,47	4.186.270,13	69.999.140,21	7.540.161,85	1.189.598,96	5.249.647,98	4.520.621,75	139.855.499,32	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	14.392,74	27.513,01	45.850,84	0,00	206.662,07	202.572,24	510.266,40	21.606.968,45	23.957.987,97	14.412.455,39	8.926.029,09	427.598,56	70.338.296,76	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	129.979,66	5.399.198,77	213.111,79	18.086.697,34	3.645.131,05	174.833,76	292.862,95	498.386,76	47.701,07	58.413,76	33.739,71	15.198,89	28.595.255,51	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	19.530.965,16	20.129.620,86	20.603.916,23	26.185.457,89	21.321.924,74	30.336.110,43	20.850.983,29	24.274.869,97	21.310.983,15	21.588.745,93	21.854.857,51	30.288.458,39	278.276.893,55	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	83.857.867,11	88.434.147,99	86.041.386,37	96.536.602,58	90.049.621,72	145.986.811,93	86.418.194,86	121.933.381,23	90.162.647,15	90.242.991,17	90.604.031,59	124.098.525,59	1.194.366.209,29	31.948,70

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**21.542.091.051,84**	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	3.789.108,69	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	**21.538.301.943,15**	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	**1.194.398.157,99**	**5,55%**
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.292.298.116,59	6,00%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.227.683.210,76	5,70%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.163.068.304,93	5,40%

FONTE: SIGEF - Comparativo da despesa autorizada, liquidada e paga; e Secretaria de Estado da Fazenda no que concerne a RCL

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota: 1 - Durante o exercício somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota: 2 - As despesas liquidadas relativas ao pagamento de proventos aos servidores inativos pertencentes às categorias funcionais de Serventuários de Justiça, Auxiliares e Juízes de Paz (Subação 9380 - Encargos com inativos), no valor de R$ 38.827.450,46, não foram consideradas, pois não se trata de servidores contratados pelo Estado, mas tão somente agentes colaboradores por meio de delegação do Poder Público.

Nota: 3 - As despesas liquidadas relativas ao abono de permanência do período, no valor de R$ 11.667.851,72 não foram incluídas da Despesa Bruta com Pessoal, nos termos da decisão do Tribunal de Contas de Santa Catarina no processo 1700678660.

Florianópolis, 30 de maio de 2018

Des. Rodrigo Collaço
Presidente

Eduardo Cardoso Silva
Diretor de Orçamento e Finanças

Cleverson Oliveira
Coordenador da Auditoria Interna